



A	6	3.359,82	2.526,58	5.886,40	3.023,84	6.383,66
	5	3.261,96	2.452,99	5.714,95	2.935,76	6.197,72
	4	3.166,95	2.381,55	5.548,50	2.850,26	6.017,21
	3	2.996,17	2.253,12	5.249,29	2.696,55	5.692,72
	2	2.908,90	2.187,49	5.096,39	2.618,01	5.526,91
	1	2.824,17	2.123,78	4.947,95	2.541,75	5.365,92

GAJ: Gratificação Judiciária

ANEXO III

TABELA DE REMUNERAÇÃO DOS CARGOS EFETIVOS

(Especialidade Segurança - Lei nº 11.416/2006 com alteração dada pela Lei nº 12.774/2012)

Cargo	Classe	Padrão	Vencimento	GAS	Vigência				
					De 1º/1 a 31/12/2014		A partir de 1º/1/2015		
					GAJ (75,2%)	Remuneração	GAJ (90%)	Remuneração	
Analista Judiciário	C	13	6.957,41	2.435,09	5.231,97	14.624,47	6.261,67	15.654,17	
		12	6.754,77	2.364,17	5.079,59	14.198,53	6.079,29	15.198,23	
		11	6.558,03	2.295,31	4.931,64	13.784,98	5.902,23	14.755,57	
	B	10	6.367,02	2.228,46	4.788,00	13.383,48	5.730,32	14.325,80	
		9	6.181,57	2.163,55	4.648,54	12.993,66	5.563,41	13.908,53	
		8	5.848,22	2.046,88	4.397,86	12.292,96	5.263,40	13.158,50	
		7	5.677,88	1.987,26	4.269,77	11.934,91	5.110,09	12.775,23	
		6	5.512,51	1.929,38	4.145,41	11.587,30	4.961,26	12.403,15	
	A	5	5.351,95	1.873,18	4.024,67	11.249,80	4.816,76	12.041,89	
		4	5.196,07	1.818,62	3.907,44	10.922,13	4.676,46	11.691,15	
		3	4.915,86	1.720,55	3.696,73	10.333,14	4.424,27	11.060,68	
		2	4.772,68	1.670,44	3.589,06	10.032,18	4.295,41	10.738,53	
	Técnico Judiciário	C	13	4.240,47	1.484,16	3.188,83	8.913,46	3.816,42	9.541,05
			12	4.116,96	1.440,94	3.095,95	8.653,85	3.705,26	9.263,16
11			3.997,05	1.398,97	3.005,78	8.401,80	3.597,35	8.993,37	
B		10	3.880,63	1.358,22	2.918,23	8.157,08	3.492,57	8.731,42	
		9	3.767,60	1.318,66	2.833,24	7.919,50	3.390,84	8.477,10	
		8	3.564,43	1.247,55	2.680,45	7.492,43	3.207,99	8.019,97	
		7	3.460,61	1.211,21	2.602,38	7.274,20	3.114,55	7.786,37	
		6	3.359,82	1.175,94	2.526,58	7.062,34	3.023,84	7.559,60	
A		5	3.261,96	1.141,69	2.452,99	6.856,64	2.935,76	7.339,41	
		4	3.166,95	1.108,43	2.381,55	6.656,93	2.850,26	7.125,64	
		3	2.996,17	1.048,66	2.253,12	6.297,95	2.696,55	6.741,38	
		2	2.908,90	1.018,12	2.187,49	6.114,51	2.618,01	6.545,03	
1		2.824,17	988,46	2.123,78	5.936,41	2.541,75	6.354,38		

GAJ: Gratificação Judiciária

GAS: Gratificação de Atividade de Segurança

ANEXO IV

CARGO EM COMISSÃO INTEGRAL E OPÇÃO

(Lei nº 11.416/2006 com alteração dada pela Lei nº 12.774/2012)

CARGO EM COMISSÃO	INTEGRAL	OPÇÃO
CJ-4	11.686,76	7.596,39
CJ-3	10.352,52	6.729,14
CJ-2	9.106,74	5.919,38
CJ-1	7.945,86	5.164,81

ANEXO V

FUNÇÕES COMISSONADAS

(Lei nº 11.416/2006 com alteração dada pela Lei nº 12.774/2012)

FUNÇÕES COMISSONADAS	
FC-6	3.072,36
FC-5	2.232,38
FC-4	1.939,89
FC-3	1.379,07
FC-2	1.185,05
FC-1	1.019,17

PORTARIA Nº 52, DE 29 DE JANEIRO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, com base nos artigos 54, inciso III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e conforme o Procedimento Administrativo nº 7.342/2013, resolve:

tornar público o Relatório de Gestão Fiscal do terceiro quadrimestre de 2013, nos termos do Anexo desta Portaria.

Min. MARCO AURÉLIO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	R\$ milhares	
	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	170.681	8.040
Pessoal Ativo	131.479	4.851
Pessoal Inativo e Pensionistas	39.202	3.189
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3 7.268	4.939
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	2.231	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	62	4.606
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	34.976	333
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1 33.412	3.101
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)		1 3 6.513

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	6 56.094.218
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100	0,02 0807
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%>	0,043 887
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%>	0,041 693
LIMITE DE ALERTA ( inciso II do § 1º do art. 59 da LRF ) - <%>	0,0 39498

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 17/jan/2014 e hora de emissão 15h.

Notas: 1. Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

2. Limites Máximo e Prudencial estabelecidos pela Portaria TSE nº 385/2013.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO 5 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	R\$ milhares		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANÇEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c)=(a-b)
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	1	1	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	3.509	1.142	2.367
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	1.924	1.963	(39)
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	6.029	-	6.029
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	11.463	3.106	8.357
0100 - Recursos Ordinários	605.555	393.541	212.013
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	40.846	18.498	22.348
0150 - Recursos Não financeiros Diretamente Arrecadados	12.112	-	12.112
0190 - Recursos Diversos	46	-	46
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	4.943	-	4.943
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	1.382	-	1.382
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	7	-	7
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	46	(46)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	664.891	412.085	252.806
TOTAL (III)= (I + II)	676.354	415.190	261.163

REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>			
	5.433	3.105	2.328

FONTE: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 17/jan/2014 e hora de emissão 15h.

<sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas: 1. Os valores foram apurados conforme os procedimentos estabelecidos na Macrofunção 021301 do Manual SIAFI, apresentando os valores líquidos de Limite de Restos a Pagar a Receber ou a Liberar e Diferidos.

2. O valor negativo da disponibilidade de caixa líquida na fonte 0169 será garantido pelo valor excedente na fonte 0156.

3. O valor negativo da disponibilidade de caixa líquida nos "Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso" trata-se de obrigações com depósitos de terceiros vinculados à fonte 0190.

4. Estão incluídos os valores do órgão setorial de programação financeira (UG 070026), em atendimento ao item nº 9.4.4 do Acórdão TCU nº1573/2006, conforme abaixo:

Limite de Saque com Vinculação Pagto = R\$ 641.414 mil.  
Recursos a Receber para Pagamento de RP = R\$ 95 mil.  
Valores Diferidos - Ativo = R\$ 6 mil.  
Recursos a Liberar para Pagamento de RP = R\$ 361.048 mil.  
Valores Diferidos - Passivo = R\$ 81.989 mil.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO 6 (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

R\$ milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não-Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0153-Contr. Fin. Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156-Contr. PSSS Servidor	-	-	-	15	2.367	-
0169-Contr. Patronal PSSS	-	-	350	319	(39)	-
0174-Taxas pelo Exer. Poder Polícia	-	-	-	6.029	6.029	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	-	-	350	6.362	8.357	-
0100-Recursos Ordinários	4.899	2.854	50.191	48.849	212.013	-
0127-Custas e Eml.-Poder Judiciário	760	22	480	3.384	22.348	-
0150-Rec. Não finan. Diret. Arrec.	-	-	-	-	12.112	-
0190-Recursos Diversos	-	-	-	-	46	-
0300-Rec. Ord. - Exer. Anteriores	-	-	-	-	4.943	-
0350-Rec.Não finan.Diret.Arrec.-ant	-	-	-	-	1.382	-
0388-Remuneração das Disponib Rec. não submetidos à Class. Fonte	-	-	-	-	(46)	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	5.659	2.877	50.671	52.233	252.806	-
<b>TOTAL(III)=(I+II)</b>	5.659	2.877	51.021	58.595	261.163	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	-	-	350	333	2.328	-

FONT E: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 17/jan/2014 e hora de emissão 15h.

<sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Notas: 1. O valor negativo da disponibilidade de caixa líquida na fonte 0169 será garantido pelo valor excedente na fonte 0156.

2. O valor negativo da disponibilidade de caixa líquida nos "Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso" trata-se de obrigações com depósitos de terceiros vinculados à fonte 0190.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

LRF, art. 48 - Anexo 7

R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	136.513	0,020807
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	287.940	0,043887
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	273.545	0,041693
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	58.595	261.163

Fonte: Sistema SIAFI, Unidade Responsável COFIC/SOF/TSE, Data da emissão 17/jan/2014 e hora de emissão 15h.

ATHAYDE FONTOURA FILHO  
Diretor-Geral

ADRIANA NOVAIS TEIXEIRA  
Secretária de Administração

MÉRCIA GISELLE DOS SANTOS OLIVEIRA  
Secretária de Controle Interno e Auditoria

EDUARDO DEMÉTRIO BECHARA  
Secretário de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Min. MARCO AURÉLIO  
Presidente do Tribunal

**PORTARIA Nº 57, DE 29 DE JANEIRO DE 2014**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, no uso das respectivas atribuições e considerando o disposto no inciso II do § 1º do artigo 169 da Constituição Federal, no § 4º do artigo 80 da Lei nº 12.919/2013 e no anexo V da Lei nº 12.952/2014, e tendo em vista o contido no procedimento administrativo nº 869/2014, resolve:

Art. 1º Dar publicidade ao demonstrativo dos saldos das autorizações para provimento de cargos, empregos e funções, até o montante das quantidades e limites orçamentários.  
ÓRGÃO: 14.101 - TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL

CARGO EFETIVO	CARGO EM COMISSÃO	FUNÇÃO NADA COMISSÃO	SALDO TOTAL
2	1	19	22

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da publicação.

Min. MARCO AURÉLIO

**TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO**

**ATO Nº 22, DE 28 DE JANEIRO DE 2014**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no artigo 35, inciso XXXIII, do Regimento Interno do Tribunal Superior do Trabalho, e o constante no Processo TST nº 502.097/2013-6, RESOLVE: Determinar a publicação do Relatório de Gestão Fiscal, referente ao período de janeiro a dezembro de 2013, nos termos do art. 55, §2º da Lei Complementar nº101/2000.

Min. CARLOS ALBERTO REIS DE PAULA

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	TOTAL (c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	585.055	2.357	587.412
Pessoal Ativo	417.503	2.056	419.559
Pessoal Inativo e Pensionistas	167.552	301	167.853
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF)	142.092	229	142.321
(II)			
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	262	-	262
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	13.142	-	13.142
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	128.688	229	128.917
<b>DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)</b>	<b>442.963</b>	<b>2.128</b>	<b>445.091</b>

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO

JUSTIÇA MILITAR DA UNIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO /2013

LRF, art. 48 - Anexo VII

		R\$ 1,00	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP		226.564.377	0,034533
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 0,080576%		528.654.477	0,080576
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - 0,076547%		502.221.753	0,076547
DÍVIDA CONSOLIDADA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas			
Limite Definido por Resolução do Senado Federal			
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas			
Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas			
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita			
RESTOS A PAGAR		INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total		16.907.702	31.820.829

FONTE: SIAFI 2013/ CELULAS

NOTA

1) Limite Legal da JMU = 0,080576% e 0,076547% de limite prudencial conforme Resolução CNJ nº 177/2013.

Gen Ex RAIMUNDO NONATO DE CERQUEIRA FILHO  
Ministro-Presidente

LUCIANO TEÓFILO DE MELO NETO  
Diretor-Geral

IVO ROMERO DA SILVA  
Secretário de Planejamento  
Em exercício

OSCAR HENRIQUE GRAULT VIANNA DE LIMA  
Secretário de Controle Interno

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS**

**PORTARIA Nº 31, DE 27 DE JANEIRO DE 2014**

A DESEMBARGADORA-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, na forma do anexo à presente Portaria, relativo ao 3º quadrimestre do exercício 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO

ANEXO

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO/2013			
RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")			R\$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL	DESPESA EXECUTADA		
	Últimos 12 Meses		
	LIQUIDADAS (a)	INSCR. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) <sup>2</sup>	62.830	523	
Pessoal Ativo	55.985	523	
Pessoal Inativo e Pensionistas	6.845		
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	6.437	29	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	75	29	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.362		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	56.393	494	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VI) = (IIIa + IIIb)		56.887	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>3</sup>			656.094.218
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) x 100			0,008671
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,016634 %		109.135
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,015802 %		103.676
LIMITE DE ALERTA ( inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,014971 %		98.224



Notas:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do Art. 63 da Lei 4.320/64.

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do Art. 35 da Lei 4.320/64.

2 - Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

3 - No total da Despesa Bruta com Pessoal a Ação Orçamentária 02.122.0570.09HB (Contribuição Previdenciária da União) perfaz o montante de R\$ 7.545.

4 - Valor referente à Portaria STN nº 24 de 16/01/2014 (DOU de 17/01/2014).

5 - As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012 - TCU - Plenário e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF.

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DOS LIMITES			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO/2013			
RGF - Anexo VII (LRF, Art. 48)			RS Mil
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Despesa Total com Pessoal - DTP	56.887		0,008671%
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	109.135		0,016634%
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	103.676		0,015802%
RESTOS A PAGAR	INSC. EM RESTOS A PAGAR NÃO PROC. DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)	
Valor Total	5.908		5.908

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO			
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS			
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
JANEIRO A DEZEMBRO/2013			
RGF - Anexo V (LRF, Art. 55, III, "a")			RS Mil
Destinação de Recursos	Disponibilidade d e Caixa Bruta (a)	Obrigações Financeiras (b)	Disponibilidade de Caixa Líquida (c) = (a - b)
0151 - Contrib. Social sobre o lucro das Pessoas jurídicas			
0153 - Contribuição para o financiamento da seg. social			
0156 - Contribuição Plano Seguridade social do servidor			
0169 - Contribuição Plano Seguridade social do servidor			
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>			
0100 - Recursos Ordinários	6.618	1.198	5.420
0127 - Custas e emolumentos - poder Judiciário	488		488
0150 - Recursos não-financeiros dir. arrecadados			
0190 - Recursos diversos			
0196 - Doações de pessoas físicas Inst. Publ. E Priv. Nac.			
0300 - Recursos Ordinários - exercício anterior			
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso			
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (I I )</b>	7.10 6	1.19 8	5.908
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	7.10 6	1.19 8	5.908
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDORES <sup>1</sup></b>			

Nota:

1 - A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

GOVERNO FEDERAL - PODER JUDICIÁRIO						
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS						
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL						
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR						
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL						
JANEIRO A DEZEMBRO/2013						
RGF - Anexo VI (LRF, Art. 55, III, "b")					RS Mil	
DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				Disponibilidade d e Caixa Líquida (antes da inscrição em restos a pagar não processados do exercício)	E mpenhos não Liquidados C anc elados (n ão i nscritos por insuf. fi- na n c. )
	LIQUIDADOS E NÃO PAGOS		EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS			
	De Exerc. Anter.	Do Exerc.	De Exerc. Anter.	Do Exerc.		
0151 - Pagamento de Pessoal						
0153 - COFINS - exercício corrente						
0156 - Cont. para o PSSS						
0169 - Cont. para o PSSS						
0174 - Taxas pelo Exerc. do Poder de Polícia						
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>						
0100 - Recursos Ordinários	165	134	898	5.420	5.420	
0127 - Custas e emolumentos				488	488	
0150 - Recursos não-financeiros diretamente arrecadados						
0190 - Recursos Diversos						
0196 - Doações de Pessoas Físicas Instituições Publ. e Priv. Nac						



0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores						
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores						
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1 6 5	1 34	898	5.908	5.908	
TOTAL (III) = (I + II)	1 6 5	1 34	898	5.908	5.908	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDORES <sup>1</sup>						

Nota:

1 - A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

FONTE: SIAFI E COFIC/SOF/TSE - SCON/COFIN/TRE-AL - Emitido em 20/jan/2014 às 16:00 horas.

MÁRCIO ANDRADE DA SILVA  
Gestor Financeiro  
Substituto

GIANE DUARTE COELHO MOURA  
Coordenador de Controle Interno

De acordo.

MARIA CELINA BRAVO  
Diretora-Geral

Des. ELISABETH CARVALHO NASCIMENTO  
Presidente do Tribunal

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA**

**PORTARIA Nº 32, DE 28 DE JANEIRO DE 2014**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III e § único do art. 54 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte - Período: janeiro a dezembro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des.ª SARA SILVA DE BRITO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO I (LFR, art. 55, inciso I, alínea "a") R\$ Milhares  
DESPESA COM PESSOAL

	DESPESAS EXECUTADAS (ÚLTIMOS 12 MESES)	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	190.077	116
Pessoal Ativo	154.022	15
Pessoal Inativo e Pensionista	36.055	101
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contrato de Terceirização ( §1º do art. 18da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II)	36.246	101
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	190	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.055	101
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	153.831	15
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		153.847
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>		656.094.218
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP SOBRE A RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,023449
LIMITE MÁXIMO ( incisos I, II e III do art. 20 da LRF) % 0,054804		359.566
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art.22 da LRF) % 0,052064		341.589
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF - % 0,049324		323.612

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 22/jan/2014 às 17h e 36 min.

<sup>1</sup> Valores referentes à Portaria STN n.º 24, de 16 de janeiro de 2014.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

2) Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE n.º 385/2013, conforme Resolução CNJ n.º 177, de 6 de agosto de 2013.



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") R\$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	
	(a)	(b)	(c) = (a - b)	(d)	(e) = (a - b)	(f) = (c) - (d)
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor <sup>1</sup>	28	-	-	-	28	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	80	38	-	-	42	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>109</b>	<b>38</b>	<b>38</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>-</b>
0100 - Recursos Ordinários	13.134	6.570	-	-	6.563	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.685	24	-	-	1.662	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	27	24	-	-	3	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Recursos não Submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>14.846</b>	<b>6.618</b>	<b>6.618</b>	<b>8.228</b>	<b>8.228</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>14.954</b>	<b>6.656</b>	<b>6.656</b>	<b>8.299</b>	<b>8.299</b>	<b>-</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>2</sup></b>	<b>109</b>	<b>38</b>	<b>38</b>	<b>70</b>	<b>70</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 22/jan/2014 às 15h e 36 min.

NOTA: <sup>1</sup> A inscrição em Restos a Pagar Não Processados na Fonte 0156 está garantida com a disponibilidade de caixa líquida excedente em outras fontes.

<sup>2</sup> A Disponibilidade de Caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, Inciso III, Alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISP. DE CX LÍQ. (ANTES DA INSCR EM RP NÃO PROC DO EXERC)	EMPENHOS NÃO LIQ. CANC. (NÃO INSC. POR INSUF. FIN.)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	101	28	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	42	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>101</b>	<b>70</b>	<b>-</b>
0100-Recursos Ordinários	277	21	6.272	6.541	6.563	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	3	20	1.654	1.662	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	17	-	-	3	3	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0388 - Remuneração das Dispon. do Tesouro Nacional.	-	-	-	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recursos	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	<b>294</b>	<b>24</b>	<b>6.292</b>	<b>8.198</b>	<b>8.228</b>	<b>-</b>
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	<b>294</b>	<b>24</b>	<b>6.292</b>	<b>8.299</b>	<b>8.299</b>	<b>-</b>
<b>REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES<sup>2</sup></b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>101</b>	<b>70</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 22/jan/2014 às 17h e 36 min.

NOTA: <sup>1</sup> A inscrição em Restos a Pagar Não Processados na Fonte 0156 está garantida com a disponibilidade de caixa líquida excedente em outras fontes.

<sup>2</sup> A Disponibilidade de Caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO/2013

LRF, Art. 48 - Anexo VII R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	153.847	0,023449
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	359.566	0,054804
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	341.589	0,052064
		R\$ Milhares
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	8.299	8.299

Fonte: SIAFI E COFIC/SOF/TRE-BA. Emitido em 22/jan/2014 às 17h e 36 min.

Des.ª SARA SILVA DE BRITO  
 Presidente do Tribunal

ANDRÉ LUÍS MARTINS BESERRA  
 Diretor-Geral

CARLA LUSTOSA PINTO DA SILVA  
 Secretária de Orçamento, Finanças e Contabilidade

MARIA ISABEL MOURA CAMPOS  
 Secretária de Controle Interno e Auditoria  
 Substituta

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO MATO GROSSO DO SUL**

**PORTARIA Nº 13, DE 24 DE JANEIRO DE 2014**

O DESEMBARGADOR JOSUÉ DE OLIVEIRA, PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do artigo 54 e parágrafo segundo do artigo 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, relativo ao terceiro quadrimestre de 2013, constante dos anexos a esta Portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

P.R. Cumpra-se.

Des. JOSUÉ DE OLIVEIRA

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, Art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		R\$ Milhares
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	59.925		90
Pessoal Ativo	52.128		90
Pessoal Inativo e Pensionistas	7.796	-	
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	7.100	-	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-	
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-	
Despesas de Exercícios Anteriores	365	-	
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	6.735	-	
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	52.825		89
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		52.914	

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	656.094.218
% da DESP. TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V)*100	0,008065
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	0,0161980%
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF)	0,015360%
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	0,014551%



Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 23/jan/2014 e hora de emissão 17h e 00m.

NOTA 1: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da lei 4.320/64.

NOTA 2: Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

NOTA 3: O valor da RCL é apurado e divulgado pela Subsecretaria de Contabilidade Pública da STN, conforme Portaria nº 24 de 17/01/2014 (DOU de 17/01/14).

ESTÊNIO PREZA DE MATTOS  
Secretário de Administração e Finanças

SOLEINE KEIKO OSHIRO  
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

JOÃO SEVERIANO DE ALMEIDA NETTO  
Diretor-Geral

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE OLIVEIRA  
Presidente em Exercício

ANEXO II - PORTARIA Nº 013/2014-PRE

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DE DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

DESTINAÇÃO DO RECURSO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA	
	(a)	(b)	(c) = (a-b)		
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	
0169 - Contribuição Patronal p/	-	-	-	-	
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	
0100 - Recursos Ordinários	4.595	242		4.353	
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	956	-		956	
0150 - Recurso não-financeiros diretamente arrecadados	38	-		38	
0190 - Recursos Diversos	-	-		-	
0300 - Recursos ordinários - Exercícios anteriores	-	-		-	
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. Exercícios Anteriores	-	-		-	
0388 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	-	-		-	
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	55	55		-	
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	5.643	297		5.347	
TOTAL (III) = (I+II)	5.643	297		5.347	
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>					

Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 23/jan/2014 e hora de emissão 17h e 00m.

NOTA 1: A disponibilidade de caixa do RPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

ESTÊNIO PREZA DE MATTOS  
Secretário de Administração e Finanças

SOLEINE KEIKO OSHIRO  
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

JOÃO SEVERIANO DE ALMEIDA NETTO  
Diretor-Geral

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE OLIVEIRA  
Presidente em Exercício

ANEXO III - PORTARIA 013/2014-PRE

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				Disp.de caixa líquida (antes da Insc. em restos a pagar não processados do exercício)	Empenhos não liquidados cancelados (não inscritos por insuficiência financeira)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	Exerc. Ant.	Do Exerc.	Exerc. Ant.	Do Exerc.		
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contrib. Patronal p/Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	-	29	212	4.350	4.353	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	959	956	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	38	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-



0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-	-	-	-
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	-	29	212	5.309	5.347	-
TOTAL (III) = (I + II)	-	29	212	5.309	5.347	-
REGIME PRÓPRIO DE PREV. DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	-

FONTE: Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 23/jan/2014 e hora de emissão 17h e 00m.  
 NOTA <sup>1</sup> A Disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

ESTÊNIO PREZA DE MATTOS  
 Secretário de Administração e Finanças

SOLEINE KEIKO OSHIRO  
 Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

JOÃO SEVERIANO DE ALMEIDA NETTO  
 Diretor-Geral

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE OLIVEIRA  
 Presidente em Exercício

ANEXO IV - PORTARIA 013/2014-PRE

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

	VALOR	% SOBRE A RCL	R\$ Milhares
LRf, art. 48 - Anexo VII			
DESPESA COM PESSOAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP	52.914		0,008065
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	106.077		0,016198
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	100.776		0,015360

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISP.DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSC. EM RP NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor total	5.309	5.347

Fonte: Sistema Siafi, Unidade Responsável SAC/COFIC/SAF/TRE-MS, Data da emissão 23/jan/2014 e hora de emissão 17h e 00m.

ESTÊNIO PREZA DE MATTOS  
 Secretário de Administração e Finanças

SOLEINE KEIKO OSHIRO  
 Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

JOÃO SEVERIANO DE ALMEIDA NETTO  
 Diretor-Geral

DESEMBARGADOR JOSUÉ DE OLIVEIRA  
 Presidente em Exercício

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**  
**PORTARIA Nº 62, DE 22 DE JANEIRO DE 2014**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei e tendo em vista o contido no Processo Administrativo Digital nº 369/2014, resolve:  
 Tornar público, nos termos do inciso III e parágrafo único do artigo 54, parágrafo 2º do artigo 55 e artigo 72, todos da Lei Complementar 101, de 04 de maio de 2000, o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte, em anexo.

Des. ROGÉRIO COELHO

ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DE DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO 2013

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS	
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	170.738	82
Pessoal Ativo	143.600	82
Pessoal Inativo e Pensionistas	27.139	-
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	27.110	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	409	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	26.701	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	143.628	82
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)		143.710
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>		656.094.218
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100		0,021904
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,041926		275.074



LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único do art. 22 da LRF) - <%> 0,039830	261.322
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,037733	247.564

FONTE: SIAFI Operacional e Gerencial; COFIC/SOF/TSE e SACONT/CFIC/SECOFC/TRE-PR - 21/01/2014 - 14:07

Notas: 1ª) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar Não Processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei nº 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar Não Processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei nº 4.320/64.

2ª) Limite Máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

3ª) As Despesas com auxílios natalidade e funeral, inclusive as classificadas como despesas de exercícios anteriores, foram descontadas da apuração da despesa total com pessoal, conforme Acórdão TCU - Plenário nº 894/2012 e

Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF, de 2 de julho de 2012.

¹Valor referente à Portaria STN nº 24 de 16/01/2014.

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA
	(a)	(b)	(c) = (a - b)
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	16.451	1.715	14.735
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	703	165	537
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	123	123	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	17.277	2.004	15.273
TOTAL (III) = (I + II)	17.277	2.004	15.273
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES I	-	-	-

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR		DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da inscrição em restos a pagar não process. exerc.)	EMPENHOS NÃO LIQUID. CANCELADOS (Não inscr.por insuf. financeira)
	Liquidados e não pagos	Empenhados e não liquidados		
0153 - Contrib. para Financ. da Seguridade Social	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-
0169 - Contrib. Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	57	50	14.735	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	3	537	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretam. Arrecadados	-	-	-	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exerc. Anteriores	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. Exercícios Anteriores	-	-	-	-
0388 - Remuner. das Disponib. Do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCUL. (II)	57	53	15.273	-
TOTAL (III) = (I+II)	57	53	15.273	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERV.¹	-	-	-	-

FONTE: SIAFI Operacional e Gerencial; COFIC/TSE E SACONT/CFIC/SECOFC/TRE-PR - 21/01/2014 - 14:07

Nota: ¹A dispon. De caixa do RPPS está comprometida com o passivo atuarial

LRF, art. 48 - Anexo VII R\$ milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	143.710	0,021904
Limite Máximo (Incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	275.074	0,041926
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	261.322	0,039830
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (antes da insc. em Restos a pagar não proc. no Exercício)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respective	15.273	15.273

FONTE: SIAFI Operacional e Gerencial; COFIC/SOF/TSE e ACONT/CFIC/SECOFC/TRE-PR - 21/01/2014 - 14:07

ROGÉRIO COELHO  
Presidente do Tribunal

ANA FLORA FRANÇA E SILVA  
Diretora-Geral

REGINA MARIA FONTOURA DE OLIVEIRA  
Gestor Financeiro

HILLENE DE CASSIA SBALQUEIRO SILVA MEIRA  
Controle Interno

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO**
**PORTARIA Nº 1, DE 29 DE JANEIRO DE 2014**

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art.48, no inciso III do art. 54, na alínea "a" inciso I e nas alíneas "a" e "b" inciso III do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e na Portaria nº 637/2012 da STN, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal desta Corte.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. BERNARDO GARCEZ

**ANEXO**

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")	DESPESA COM PESSOAL	DESpesas Executadas		R\$ Milhares'
		(Últimos 12 meses)		
		LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)				
Pessoal Ativo		321.101		2.985
Pessoal Inativo e Pensionistas		205.496		2.696
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º art. 18 da LRF)		115.605		289
Outras despesas de Pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º art. 18 da LRF)		0		0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º art. 19 da LRF) (II)		100.318		381
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária		0		0
Decorrentes de Decisão Judicial		0		0
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		78		370
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados		100.240		11
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)		220.783		2.603
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III a + III b)				223.386
<b>APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL</b>		<b>VALOR</b>		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>				656.094.218
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) * 100				0,034048
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - <%> 0,104158				683.375
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%> 0,098950				649.205
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,093742				615.036

FONTE: SIAFI e COFIN/SOF/TRE-RJ. Emitido em 23/jan/2014 às 14h e 28m

<sup>1</sup> Valores referentes à Portaria STN nº 24, de 16 de janeiro de 2014.

Notas:

(1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em RESTOS A PAGAR não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

(2) Limite máximo estabelecido pela Portaria TSE nº 385/2013, conforme Resolução CNJ nº 177, de 6 de agosto de 2013.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
 ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - Anexo V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") R\$ Milhares'	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
DESTINAÇÃO DE RECURSOS			
0153 - Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	0	0	0
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0	0	0
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	11	0	11
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0	0	0
TOTAL DE RECURSOS VINCULADOS (I)	11	0	11
0100 - Recursos Ordinários	86.792	40.409	46.382
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	1.674	192	1.483
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	0	0	0
0181- Recursos de Convênios	0	0	0
0190 - Recursos Diversos	0	0	0
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	0	0	0
0350 - Recursos Não-Fin. Diret. Arrec.-Exercícios Anteriores	0	0	0
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	0	0	0
Recursos não submetidos À classificação por Fonte de Recurso	13	296	(283)
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	88.479	40.898	47.582
TOTAL (III) = (I +II)	88.490	40.898	47.593
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>			
	11	0	11

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE. Emitido em 23/jan/2014 às 14h e 28m

Nota 1: A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

Nota 2: Quanto aos recursos não submetidos à classificação por fonte de recursos, R\$ 266.646,53 referem-se a passivo financeiro de pessoal decorrente de ordens bancárias emitidas ao final de cada exercício e canceladas no início do exercício subsequente devido à desatualização dos dados bancários dos beneficiários. Este valor está coberto pela fonte 0100. O depósito bancário no valor de R\$ 13.004,92 refere-se a cauções recebidas em garantia do adimplemento de contratos. O restante dos recursos corresponde, na sua maioria, a obrigações com fornecedores pendentes de pagamento.



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - Anexo VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b")  
DESTINAÇÃO DE RECURSOS

	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos (Processados)		Empenhados e Não Liquidados (Não Processados)			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0153 - Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	0	0	0	0	0	0
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	0	0	0	0	0	0
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	0	0	0	11	11	0
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	0	0	0	0	0	0
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0	0	0	11	11	0
0100 - Recursos Ordinários	368	1.539	38.503	46.104	46.382	0
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	9	22	161	1.478	1.483	0
0150 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	0	0	0	0	0	0
0190 - Recursos Diversos	0	0	0	0	7	0
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
0350 - Recursos Não-Fin. Diret. Arrec.-Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	0	0	0	0	0	0
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	0	0	0	0	(283)	0
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	376	1.561	38.664	47.582	47.582	0
TOTAL (III) = (I + II)	376	1.561	38.664	47.593	47.593	0
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	0	0	0	11	11	0

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE. Emitido em 23/jan/2014 às 14h e 28m

Nota: <sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial.

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO RIO DE JANEIRO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

LRF, art. 48 - Anexo VII

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	R\$ Milhares
Despesa Total com Pessoal - DTP	223.386		0,034048
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	683.375		0,104158
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	649.205		0,098950
RESTOS A PAGAR			
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectiveos	47.593		47.593

FONTE: SIAFI e COFIC/SOF/TSE.  
Emitido em 23/jan/2014 às 14h e 28m

ANDRÉ BORGES ARISA  
Secretário de Orçamento e Finanças substituto

ELIZABETH SILVA VIANA  
Secretária de Controle Interno e Auditoria em exercício

ADRIANA FREITAS BRANDÃO CORREIA  
Diretora-Geral

### TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

#### PORTARIA Nº 263, DE 28 DE JANEIRO DE 2014

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, nos termos do artigo 54, inc. III e parágrafo único, e 55, § 2º, da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e o contido no Procedimento Administrativo n. 010/2013-SAOFC, SADP n. 10.698/2013, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal, contendo os Demonstrativos da Despesa com Pessoal, Disponibilidade de Caixa, dos Restos a Pagar e Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal, tendo como referência o período de janeiro a dezembro de 2013.

Art. 2º O presente Relatório estará afixado no átrio deste Tribunal Regional Eleitoral, situado na Avenida Presidente Dutra, n. 1889, Bairro Areal, nesta Capital, bem como na página eletrônica da Internet: [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor nesta data.

Des. MOREIRA CHAGAS

#### ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		R\$ Milhares
	LIQUIDADAS (a)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	44.513		430
Pessoal Ativo	42.032		430
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.481		-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18, da LRF)	-		-

DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, §1º da LRF) (II)	3.539	8
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores Inativos e pensionistas com Recursos Vinculados	1.384	8
	2.155	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - (III) = (I - II)	40.975	422
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (IIIa + IIIb)		41.397
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>		656.094.218
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (IV/V) x 100		0,006310
LIMITE MÁXIMO (Incisos I, II e III do Art. 20 da LRF) - <%> 0,012479		81.874
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22, da LRF) - <%> 0,011855		77.780
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,011231		73.686

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 27/jan/2014, às 08h e 40m.

<sup>1</sup>Valores referentes à Portaria STN nº 024, de 16/01/2013, publicada no DOU nº 074, Seção 1, de 17 de janeiro de 2014.

Notas:

01: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processadas são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do artigo 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

02: As despesas com auxílios natalidade e funeral não foram consideradas, conforme recomendação do Acórdão nº 894/2012-TCU - Plenário e Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF.

03: Limite máximo estabelecido pela Portaria TSE n. 385/2013, conforme Resolução CNJ n. 177, de 6 de agosto de 2013

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, inciso III, alínea "a") DESTINAÇÃO DE RECURSOS	R\$ Milhares		
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seg. Social Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	5.861	591	5.271
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	997	-	997
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	388	-	388
0190 - Recursos Diversos	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	7.246	591	6.655
<b>TOTAL (III) = (I + II)</b>	7.246	591	6.655
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	-	-	-

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de em 27/jan/2014, às 08h e 40m.

Nota: <sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal p/ Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)</b>	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	-	43	547	5.287	5.271	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	980	997	-
0150 - Recursos Não-financeiros Diretamente Arrecadados	-	-	-	318	388	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-fin. Diret. Arrec. - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. Do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)</b>	-	43	547	6.585	6.655	-
<b>TOTAL (III) = (I+II)</b>	-	43	547	6.585	6.655	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 27/jan/2014, às 08h e 40m.

Nota: <sup>1</sup> A disponibilidade de caixa do RPPS esta comprometida com o Passivo Atuarial



UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013

LRF, art. 48 e			R\$ Milhares
DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL	
Total da Despesa com Pessoal - DTP	41.397		0,006310
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)	81.874		0,012479
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	77.780		0,011855
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXER)	
Valor Apurado nos Demonstrativos respectivos	6.585		6.655

FONTE: SIAFI, COFIC/SOF/TSE e SECA/COFC/SAOFC/TRE-RO, Data de emissão 27/jan/2014, às 08h e 40m.

WILLIAM AUGUSTO DE OLIVEIRA  
 Secretário de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade  
 Em substituição

PAULO ANDRÉ VIANA COTA  
 Coordenador de Controle Interno e Auditoria  
 Em substituição

De acordo. Encaminhe-se ao Excelentíssimo Senhor Presidente.

LIA MARIA ARAÚJO LOPES  
 Diretora-Geral da Secretaria

De acordo.

Nos termos do art. 54, § 2º e do art. 55 da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000;

Des. MOREIRA CHAGAS  
 Presidente do Tribunal

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

**PORTARIA Nº 22, DE 28 DE JANEIRO DE 2014**

A PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições e considerando o disposto nos artigos 54, III e 55, §2º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, resolve:

Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal - 3º Quadrimestre de 2013 deste Tribunal, referente ao período de janeiro a dezembro/2013, constante nos demonstrativos anexos a esta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. JACQUELINE ADORNO

ANEXO I

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013  
 RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") ??.. R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)	
	Liquidadas (a)	Inscritas em Restos a Pagar não Processados (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	45.715	116
Pessoal Ativo	43.099	116
Pessoal Inativo e Pensionistas	2.616	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	-	-
DESPESAS NÃO COMPUTADAS ( § 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.938	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	-	-
Decorrentes de Decisão Judicial	-	-
Despesas de Exercícios Anteriores	1.340	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	2.598	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	41.777	116
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (IV) = (III + III b)		41.893
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V) <sup>1</sup>		656.094.218
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL DTP sobre a RCL (VI) = (IV / V) * 100		0,006385
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%> 0,012396		81,329
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%> 0,011776		77,262
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%> 0,011156		73,194

FONTE: SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO. Data de emissão: 20/jan/14 às 14h e 58 m.

<sup>1</sup>Valor referente à Portaria STN nº. 24 de 16/01/2014.

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquela em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art. 35 da Lei 4.320/64.

## ANEXO II

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013  
 LRF, Art. 48 - Anexo VII R\$ Milhares

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	41.893	0,006385
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	81.329	0,012396
Limite Prudencial (parágrafo único, art. 22 da LRF)	77.262	0,011776
RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Apurado nos Demonstrativos Respectivos	6.996	7.112

FONTE: SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO. Data de emissão: 20/jan/14 às 16h e 26 m.

## ANEXO III

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013  
 RGF - ANEXO VI (LRF, art. 55, inciso III, alínea "b") R\$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	RESTOS A PAGAR				Disponibilidade de Caixa Líquida (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados do Exercício)	Empenhos Cancelados e Não Inscritos Por Insuficiência Financeira
	Liquidados e Não Pagos		Empenhados e Não Liquidados			
	De Exercícios Anteriores	Do Exercício	De Exercícios Anteriores	Do Exercício		
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	-	-	-	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal - Plano de Seguridade do Servidor	-	-	-	-	-	-
0174 - Taxas Pelo Exercício do Poder de Polícia	-	-	-	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	101	158	134	6.226	6.231	-
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	-	-	-	770	770	-
0150 - Recursos Não-Financeiros - Diretamente Arrecadados	-	-	-	-	115	-
0190 - Recursos Diversos	-	-	-	-	5	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-	-	-	-
0350 - Recursos Não-Financeiros Diret. Arrec. - Exerc. Anteriores	-	-	-	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por fonte de Recurso	-	-	-	-	(10)	-
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	101	158	134	6.996	7.112	-
TOTAL (III) = (I) + (II)	101	158	134	6.996	7.112	-
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	-	-	-	-	-	-

FONTE: SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO. Data de emissão: 22/jan/14 às 14h e 23m.

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial

<sup>2</sup> O valor negativo informado para "Recursos não Submetidos à Classificação por Fonte de Recurso" na coluna "Disponibilidade de Caixa Líquida" refere-se à depósito de terceiros, que consistem em: a) retenções administrativas sobre pagamentos à fornecedores no exercício de 2012 e referentes a recursos empenhados em 2011 e disponíveis na fonte 0100, para satisfação de multas contratuais ou como garantia ao cumprimento de obrigação contratual, cuja deliberação ainda não foi finalizada; b) saldo de recursos de convênio firmado em 2012 e empenhados na fonte 0100, que por questão de ordem técnica originada na operacionalização da devolução pelo conveniente, ainda não pode ser recolhido à conta única do Tesouro e permanece disponível na fonte 0190.

## ANEXO IV

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
 TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS  
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
 DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013  
 LRF, Art. 55, inciso III, alínea "a" - Anexo V R\$ Milhares

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
0153 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	-	-	-
0156 - Contribuição Plano Seguridade Social do Servidor	-	-	-
0169 - Contribuição Patronal - Plano de Seguridade do Servidor	-	-	-
0174 - Taxas pelo Exercício de Poder de Polícia	-	-	-
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
0100 - Recursos Ordinários	6.625	394	6.231
0127 - Custas e Emolumentos - Poder Judiciário	770	-	770
0150 - Recursos Não-Financeiros - Diretamente Arrecadados	115	-	115
0190 - Recursos Diversos	5	-	5
0196 - Doações a Pessoas Físicas Instituições Públicas e Privadas Nac.	-	-	-
0300 - Recursos Ordinários - Exercícios Anteriores	-	-	-
0350 - Recursos Não-Financ. - Diret. Arrecadados - Exerc. Anteriores	-	-	-
0388 - Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	-	-	-
Recursos não submetidos à classificação por Fonte de Recurso	-	10	(10)
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	7.516	404	7.112
TOTAL (III) = (I) + (II)	7.516	404	7.112
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES <sup>1</sup>	-	-	-

FONTE: SIAFI, SEACONT/COFIN/TRE-TO. Data de emissão: 22/jan/14 às 14h e 25m.

Nota: <sup>1</sup>A disponibilidade de caixa do RPPS está comprometida com o Passivo Atuarial



<sup>2</sup> O valor negativo informado para "Recursos não Submetidos à Classificação por Fonte de Recurso" na coluna "Disponibilidade de Caixa Líquida" refere-se à depósito de terceiros, que consistem em: a) retenções administrativas sobre pagamentos à fornecedores no exercício de 2012 e referentes a recursos empenhados em 2011 e disponíveis na fonte 0100, para satisfação de multas contratuais ou como garantia ao cumprimento de obrigação contratual, cuja deliberação ainda não foi finalizada; b) saldo de recursos de convênio firmado em 2012 e empenhados na fonte 0100, que por questão de ordem técnica originada na operacionalização da devolução pelo conveniente, ainda não pode ser recolhido à conta única do Tesouro e permanece disponível na fonte 0190.

Des. JACQUELINE ADORNO DE LA CRUZ BARBOSA  
Presidente do Tribunal

JOSÉ MACHADO DOS SANTOS  
Diretor-Geral

FRANCISCO ALVES CARDOSO FILHO  
Secretário de Administração e Orçamento

MARISTELA ALVES REZENDE  
Coordenadora de Controle Interno e Auditoria

### TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO

#### PORTARIA Nº 14, DE 28 DE JANEIRO DE 2014

A Corregedora no Exercício Regimental da Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da Primeira Região, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e tendo em vista o disposto nos artigos 54 e 55 da Lei Complementar nº 101 de 04 de maio de 2000, resolve:

- Art. 1º Tornar público o Relatório de Gestão Fiscal deste Tribunal;  
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Des. ANA MARIA SOARES DE MORAES

#### ANEXO

UNIÃO - PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/2013  
RGF-ANEXO I (LRF, art.55, Inciso I, Alínea "a") R\$ Mil

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS ( ÚLTIMOS 12 MESES)		
	LIQUIDADAS	INSCRITA S EM RESTOS A PAGAR NAO PROCES- SADOS	TOTAL
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.329.770,00	4 5.529,00	1 375.299,00
Pessoal Ativo	862.252,00	17.342,00	879.594,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	467.518,00	28.187,00	495.705,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (Art.18, §1º, da LRF)	0	0	0
(-) DESPESAS NAO COMPUTADAS (art.19, § 1º da LRF) ( II)	409.104,00	45.529,00	4 54.633,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	1.336,00	0	1.336,00
Decorrentes de Decisão Judicial	1.960,00	0	1.960,00
Despesas de Exercícios Anteriores	99.058,00	45.529,00	144.587,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	306.750,00	0	306.750,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I -II)	920.666,00	0	920.666,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			656.094.218,00
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP SOBRE A RCL (V)=(III/IV) x 100	0,140325%	0,000000%	0,140325%
LIMITE MÁXIMO(inc.I,II e III, art.20 da LRF) 0,327331%			2.147.599,76
LIMITE PRUDENCIAL( § único, art.22 da LRF)-0,310964 %			2.040.219,78
LIMITE DE ALERTA ( inc. II do par. 1º do art.59 da LRF)=0,294598 %			1.932.839,79

FONTE: SIAFI - DICOP/CCON/SOF/TRT 1ª Região - 21/01/2014 - 17:30h

Notas:

- Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
  - Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
  - Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em restos a pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do inciso II do art.35 da Lei 4320/64.
- As despesas com auxílio-natalidade e auxílio-funeral, no valor total de R\$ 459.883,18 relativo a despesas liquidadas, e de R\$ 45.600,00 relativo a despesas executadas por inscrição de restos a pagar não processados, foram excluídas em atendimento ao disposto no Ofício-Circular Conjunto nº 16/SEAFI/SOF/MP-SUCON/STN-MF e no Acórdão nº 894/2012 - TCU-Plenário.
- Despesa com Precatórios da Administração Direta executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 55.323.908,04.
- Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV) executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesa liquidada R\$ 16.143.599,25.
- Despesa liquidada de Precatórios da Administração Indireta: R\$ 79.666.352,20.
- No período de janeiro/2013 a dezembro/2013, não foi contabilizado saldo na conta 195140200 - Outros cancelamentos de RP, salvo na ação 0625.

UNIÃO-PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 1ª REGIÃO  
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL  
DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA  
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL  
JANEIRO/2013 A DEZEMBRO/ 2013  
RGF - ANEXO V (LRF, art. 55, Inciso III, Alínea "a") R\$ Mil

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS (b)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (c) = (a - b)
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	-	-	-
Fonte 00 - Recursos Ordinários	84.703	22.601	62.101
Fonte 27 - Custas e Emolumentos -PJ	5.590	1.447	4.144
Fonte 50 - Recursos Não-Financeiros Diretamente Arrecadados	723	28	695
Fonte 51 - Cont. Soc. s/o Lucro - PJ	50.670	50.670	-
TOTAL DOS RECURSOS NAO VINCULADOS (II)	141.685	74.745	66.940
TOTAL (III) = (I + II)	141.685	74.745	66.940